

EMPRESA DE TRENS URBANOS DE PORTO
ALEGRE - TRENSURB

Relatório de revisão do auditor independente

Demonstrações financeiras intermediárias
Em 30 de junho de 2021

EMPRESA DE TRENS URBANOS DE PORTO ALEGRE - TRENSURB

Demonstrações financeiras intermediárias
Em 30 de junho de 2021

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre a revisão das demonstrações financeiras intermediárias

Balancos patrimoniais intermediários

Demonstrações intermediárias de resultados

Demonstrações intermediárias dos resultados abrangentes

Demonstrações intermediárias das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações intermediárias dos fluxos de caixa

Demonstrações intermediárias do valor adicionado - informação suplementar

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras intermediárias

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE A REVISÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Aos
Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre - TRENSURB
Porto Alegre - RS

Introdução

Revisamos as demonstrações financeiras intermediárias da Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre - TRENSURB ("Companhia") referentes ao trimestre findo em 30 de junho de 2021, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e seis meses findos naquela data e as demonstrações das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, incluindo o resumo das principais práticas contábeis e as demais notas explicativas.

A Administração é responsável pela elaboração e apresentação adequada dessas demonstrações financeiras intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração intermediária. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas demonstrações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

Base para conclusão com ressalva

A Companhia foi mencionada em mídias, apontando que, em 2008, políticos e agentes públicos pediram vantagem indevida para a empresa vencedora da licitação para a construção da linha de trens urbanos da Companhia que ligaria as cidades de Novo Hamburgo e São Leopoldo, bem como foi mencionada em mídias sobre o processo licitatório para aquisição de 15 novos trens em 2012, a qual informa que o CADE mencionou, a partir de colaborações premiadas, que constatou formação de Cartel. No entanto, a Companhia suportou-se com os procedimentos investigatórios realizados pela TCU e CGU, que não tivemos pleno acesso. Dessa forma, não realizando procedimentos investigatórios próprios que, conforme determinado pela Norma Brasileira de Contabilidade, CTA 30, teriam como objetivo determinar os possíveis impactos nas demonstrações financeiras intermediárias da Companhia. Consequentemente, não nos foi possível obter evidências suficientes e apropriadas de auditoria no sentido de determinar a extensão dos possíveis efeitos nas demonstrações financeiras intermediárias da Companhia em 30 de junho de 2021.

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 12d, a Administração da Companhia, visando o atendimento ao Pronunciamento Técnico "CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos", elaborou, em 31 de dezembro de 2020, laudo de avaliação para demonstrar que o ativo imobilizado e o ativo intangível, que naquela data estavam registrados pelos montantes de R\$ 1.292.732.673 e R\$ 3.207.239, respectivamente, não estavam registrados por valor acima do seu valor recuperável. Contudo, o referido laudo de avaliação não atendeu a todos requisitos da referida norma. Para 30 de junho de 2021, a Administração da Companhia, não elaborou novo laudo de avaliação para demonstrar que o ativo imobilizado e o ativo intangível, registrados pelos montantes de R\$ 1.270.763.762 e R\$ 2.517.117, respectivamente, não estavam, em 30 de junho de 2021, registrados por valor acima do seu valor recuperável. Como consequência disso, não nos foi possível concluir sobre os possíveis ajustes para redução ao valor recuperável do ativo imobilizado e ativo intangível. Bem como, não nos foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente para concluir quanto aos efeitos dos possíveis ajustes no patrimônio líquido e no resultado do período findo em 30 de junho de 2021.

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 12d, a Administração da Companhia, visando o atendimento ao Pronunciamento Técnico “CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos”, elaborou, em 31 de dezembro de 2020, análise para demonstrar que o ativo imobilizado e o ativo intangível, registrados nos montantes de R\$ 1.270.763.762 e R\$ 2.517.117, respectivamente, não estavam registrados por valor acima do seu valor recuperável. Contudo, a análise elaborada pela Companhia, em 31 de dezembro de 2020, não atendeu a todos os requisitos da referida norma e, como consequência disso, não nos foi possível concluir sobre possíveis ajustes para redução do ativo imobilizado e ativo intangível ao valor recuperável. Bem como, não nos foi possível obter evidências de auditoria apropriadas e suficientes para concluir quanto aos efeitos dos possíveis ajustes no patrimônio líquido e no resultado do período findo em 30 de junho de 2021.

A provisão para contingências trabalhistas e cíveis da Companhia não atende os critérios de reconhecimento de provisão conforme requerido pelo pronunciamento contábil CPC 25 parágrafo 14. Nessas circunstâncias, não nos foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente para avaliar adequadamente as estimativas e as divulgações da Companhia relativas à provisão para contingências trabalhistas e cíveis, conforme requerido pela NBC TA 540 - Auditoria de estimativas contábeis e divulgações relacionadas. Consequentemente, não foi possível, nas circunstâncias, realizarmos procedimentos alternativos de auditoria para avaliarmos quanto a razoabilidade das divulgações na nota explicativa nº 18 relativas ao saldo de provisões para contingências trabalhistas e cíveis, bem como não podemos concluir quanto aos possíveis efeitos dos possíveis ajustes no patrimônio líquido e no resultado do período findo em 30 de junho de 2021.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão das demonstrações financeiras intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Contábeis Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade). Uma revisão das demonstrações financeiras intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, consequentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão

Com base em nossa revisão, exceto pelos assuntos mencionados no parágrafo intitulado “Base para conclusão com ressalva”, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as demonstrações financeiras intermediárias, acima referidas, não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1).



Outros assuntos

Demonstração intermediária do valor adicionado

Revisamos, também, a demonstração intermediária do valor adicionado (DVA) referente ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2021, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação nas demonstrações financeiras intermediárias é considerada informação suplementar. A demonstração intermediária do valor adicionado foi submetida aos mesmos procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das demonstrações financeiras intermediárias, e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Com base em nossa revisão, exceto pelos assuntos mencionados no parágrafo intitulado "Base para conclusão com ressalva", não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que a demonstração do valor adicionado não foi elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado" e de forma consistente em relação às demonstrações financeiras intermediárias, tomadas em conjunto.

Porto Alegre - RS, 23 de maio de 2022.



BDO RCS Auditores Independentes SS
CRC 2 RS 005519/F 0


Paulo Sérgio Tufani
Contador - CRC 1 SP 124504/O-9 - S - RS

BALANÇOS PATRIMONIAIS
EM 30 DE JUNHO DE 2021 E 31 DE DEZEMBRO DE 2020
(Valores expressos em Reais)

ATIVO				PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
	NOTA	30/06/2021	31/12/2020		NOTA	30/06/2021	31/12/2020
ATIVO CIRCULANTE				PASSIVO CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	4	127.516.424	172.972.671	Fornecedores	14	26.770.034	18.880.592
Créditos a Receber	5	2.364.609	2.113.403	Impostos e taxas a recolher		87.644	209.699
Subvenções - SIAFI conta com vinculação de pagto	6	9.432.251	7.174.913	Contribuições sociais a recolher		3.860.408	3.718.979
Adiantamento de férias e débitos de empregados	7	5.926.973	3.528.567	IRPJ/CSLL a Pagar		-	-
Adiantamento de fornecedores		1.942	97.287	Obrigações trabalhistas	15	20.859.096	18.140.690
Direitos a receber	8	351.520	212.776	Adiantamento de Clientes	16	1.997.848	2.738.931
Estoques	9	16.270.388	16.803.680	Credores por convênios	17	1.327.060	1.048.961
Despesas do exercício seguinte		214.417	177.825	Credores por depósitos		93.659	93.482
		162.078.524	203.081.124	Plano de Previdência - Deficit Atuarial	25c	212.472	440.442
						55.208.222	45.271.776
ATIVO NÃO CIRCULANTE				PASSIVO NÃO CIRCULANTE			
Realizável a longo prazo				Provisão IR/CS diferido	12c	16.797.467	17.363.887
Aplicação em títulos e valores mobiliários		675	675	Adiantamentos para aumento de capital	20a	1.035.815	590.643
Depósitos judiciais	10	19.143.432	18.476.337	Plano de Previdência - Deficit Atuarial	25c	1.452.049	1.452.049
Adiantamento de férias e débitos de empregados	7	118.841	118.841	Obrigações Trabalhistas	15	686.688	686.688
Garantias à Juízo	11	37.373.048	28.244.244	Provisão para contingências trabalhistas	18a	93.341.539	95.727.104
Penhora s/ receita própria	11	461.127	461.127	Provisão para contingências cíveis	18b	23.934.622	23.835.766
		57.097.124	47.301.224			137.248.180	139.656.137
Investimentos em participações societárias		22.696	22.696	PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Imobilizado	12	1.270.763.762	1.292.732.673	Capital social	19a	2.014.563.144	2.014.563.144
Intangível	13	2.517.117	3.207.239	Adiantamentos para aumento de capital	20a	72.346.948	67.429.571
		1.273.303.575	1.295.962.608	Ajuste avaliação patrimonial	12c	32.606.620	33.706.141
		1.330.400.698	1.343.263.832	Prejuízos acumulados	19b	(819.493.891)	(754.281.813)
						1.300.022.821	1.361.417.043
TOTAL DO ATIVO		1.492.479.223	1.546.344.956	TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		1.492.479.223	1.546.344.956

(As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.)

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADO DO EXERCÍCIO
EM 30 DE JUNHO DE 2021 E 2020
(Valores expressos em Reais)

	NOTA	01/04/2021 à 30/06/2021	01/01/2021 à 30/06/2021	01/04/2020 à 30/06/2020	01/01/2020 à 30/06/2020
RECEITA LÍQUIDA	21	22.783.486	43.621.940	15.503.641	51.818.813
Custo dos serviços prestados	22	(61.052.865)	(124.875.200)	(61.115.102)	(123.389.120)
PREJUÍZO BRUTO		(38.269.379)	(81.253.260)	(45.611.460)	(71.570.307)
Despesas operacionais					
Despesas gerais e administrativas	23	(19.675.778)	(38.358.529)	(14.569.957)	(37.575.136)
Outras receitas e despesas		(2.590.195)	(126.932)	(7.758.582)	(3.862.225)
Condenações Trabalhistas		(1.814.393)	(2.139.916)	(4.698.691)	(512.459)
Provisão/reversão ações trabalhistas	18a	(742.924)	2.035.870	(3.195.928)	(871.867)
Provisão/reversão ações cíveis	18b	(190.347)	(249.929)	3.978	(3.064.035)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas		157.469	227.043	132.058	464.986
		(22.265.973)	(38.485.461)	(22.328.539)	(41.558.511)
RESULTADO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		(60.535.352)	(119.738.721)	(67.940.000)	(113.128.818)
RESULTADO FINANCEIRO, LÍQUIDO		2.666.630	5.972.405	3.512.067	8.517.477
Receitas financeiras		2.951.398	6.433.780	3.763.820	9.113.260
Despesas financeiras		(284.769)	(461.375)	(251.754)	(595.783)
SUBVENÇÕES DO TESOUREO NACIONAL	20b	35.331.754	46.888.297	45.472.868	89.234.413
RESULTADO OPERACIONAL		(22.536.968)	(66.878.019)	(18.955.065)	(15.376.928)
PREJUÍZO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		(22.536.968)	(66.878.019)	(18.955.065)	(15.376.928)
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL S/ LUCRO	24	-	-	-	(728.928)
PREJUÍZO DO PERÍODO		(22.536.968)	(66.878.019)	(18.955.065)	(16.105.856)
Prejuízo por ação do capital social		(0,0024)	(0,0070)	(0,0020)	(0,0017)

(As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.)

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE

EM 30 DE JUNHO DE 2021 E 2020

(Valores expressos em Reais)

	01/04/2021 à 30/06/2021	01/01/2021 à 30/06/2021	01/04/2020 à 30/06/2020	01/01/2020 à 30/06/2020
PREJUÍZO DO PERÍODO	(22.536.968)	(66.878.019)	(18.955.065)	(16.105.856)
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE DO PERÍODO	<u>(22.536.968)</u>	<u>(66.878.019)</u>	<u>(18.955.065)</u>	<u>(16.105.856)</u>

(As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.)

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

EM 30 DE JUNHO DE 2020 E 2019

(Valores expressos em Reais)

	NOTA	CAPITAL SOCIAL	ADIANTAMENTO PARA FUTURO AUMENTO DE CAPITAL	AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	PREJUÍZOS ACUMULADOS	TOTAL
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 - reapresentado		2.014.563.144	27.906.441	35.905.205	(651.607.828)	1.426.766.962
Adiantamento para futuro aumento de capital		-	2.813.770	-	-	2.813.770
Total do resultado abrangente		-	-	(1.099.544)	(14.439.881)	(15.539.425)
Prejuízo do período		-	-	-	(16.105.856)	(16.105.856)
Ajuste avaliação patrimonial		-	-	(1.099.544)	1.665.975	566.431
Realização da reserva do custo atribuído		-	-	(1.665.975)	1.665.975	-
Realização IRPJ/CSLL da reserva do custo atribuído		-	-	566.431	-	566.431
SALDO EM 30 DE JUNHO DE 2020		2.014.563.144	30.720.210	34.805.661	(666.047.709)	1.414.041.307
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020		2.014.563.144	67.429.571	33.706.141	(754.281.813)	1.361.417.043
Créditos para futuro aumento de capital		-	4.917.377	-	-	4.917.377
Total do resultado abrangente		-	-	(1.099.521)	(65.212.078)	(66.311.599)
Prejuízo do período		-	-	-	(66.878.019)	(66.878.019)
Ajuste avaliação patrimonial		-	-	(1.099.521)	1.665.941	566.420
Realização da reserva do custo atribuído	14b	-	-	(1.665.941)	1.665.941	-
Realização IRPJ/CSLL da reserva do custo atribuído	14b	-	-	566.420	-	-
SALDO EM 30 DE JUNHO DE 2021		2.014.563.144	72.346.948	32.606.620	(819.493.891)	1.300.022.821

(As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.)

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

EM 30 DE JUNHO DE 2021 E 2020

(Valores expressos em Reais)

	<u>NOTA</u>	<u>30/06/2021</u>	<u>30/06/2020</u>
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO		(66.878.019)	(16.105.856)
AJUSTADO POR:			
Depreciação e Amortização		25.845.234	26.154.393
Baixa de bens do ativo imobilizado		-	1.364
Juros atualização financeira sobre adiantamento capital	20a	445.172	594.761
Constituições/Reversão Provisões Trabalhistas e Cíveis	18	(1.785.941)	3.935.903
Provisão para IRPJ e CSSL		-	728.928
		(42.373.554)	15.309.492
(AUMENTO) REDUÇÃO DE ATIVOS			
Créditos pela venda de serviços		(251.206)	93.767
Subvenções - SIAFI conta com vinculação de pagamento		(2.257.338)	(3.792.377)
Estoques		533.292	1.012.727
Tributos e Contribuições a Recuperar		-	534
Depósitos, Penhoras e Garantias Judiciais		(9.795.899)	(8.341.770)
Demais contas de Ativo		(2.478.397)	(2.232.629)
		(14.249.547)	(13.259.748)
AUMENTO (REDUÇÃO) DE PASSIVOS			
Fornecedores		7.889.442	1.751.895
Impostos e taxas a recolher		(122.055)	37.328
Contribuições sociais a recolher		141.429	(190.189)
IRPJ/CSLL Pagos	21	-	(1.397.904)
Obrigações trabalhistas, férias e encargos		1.977.323	4.018.368
Credores por convênios e depósitos		278.276	842.681
Plano de previdência - Equacionamento		(227.970)	(218.291)
Contingências trabalhistas e cíveis pagas	20	(500.768)	(299.553)
		9.435.677	4.544.336
Caixa Gerado nas Atividades Operacionais		(47.187.424)	6.594.080
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS			
Aquisições de ativo imobilizado e intangível		(3.186.201)	(2.480.349)
Caixa Aplicado nas Atividades de Investimentos		(3.186.201)	(2.480.349)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Recursos recebidos para aumento de capital	23a	4.917.377	2.813.770
Caixa Gerado pelas Atividades de Financiamento		4.917.377	2.813.770
REDUÇÃO/AUMENTO LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	5	(45.456.248)	6.927.501
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		172.972.671	236.834.247
Caixa e equivalentes de caixa ao fim do exercício		127.516.424	243.761.748

(As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.)

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

EM 30 DE JUNHO DE 2021 E 2020

(Valores expressos em Reais)

	<u>NOTA</u>	<u>30/06/2021</u>	<u>30/06/2020</u>
Receita de prestação de serviços		42.470.090	50.543.083
Receita de aluguéis, arrendamentos e concessões		1.269.257	1.405.763
Outras receitas e despesas (líquidas)		227.043	466.350
Provisões trabalhistas e cíveis		1.785.941	(3.935.903)
		45.752.330	48.479.294
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS			
Materiais consumidos		(2.327.863)	(2.494.275)
Energia, serviços de terceiros, outras despesas operacionais		(49.744.445)	(48.646.804)
Perda na realização de ativos		-	(1.364)
		(52.072.308)	(51.142.443)
VALOR ADICIONADO BRUTO		(6.319.978)	(2.663.149)
Depreciação e amortização		(25.845.234)	(26.154.393)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE		(32.165.212)	(28.817.542)
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA			
Receitas de Subvenções		46.888.297	89.234.413
Receitas financeiras		6.433.780	9.113.260
		53.322.077	98.347.673
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR		21.156.866	69.530.131
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO		21.156.866	69.530.131
Pessoal e encargos			
Remuneração direta		62.691.529	59.016.112
Benefícios		11.791.854	11.795.880
FGTS		5.012.777	4.879.994
		79.496.159	75.691.986
Impostos, taxas e contribuições			
Federais		6.973.558	8.464.464
Estaduais		17.179	110.879
Municipais		77.051	3.066
		7.067.788	8.578.409
Remuneração de capitais de terceiros			
Juros		16.204	1.022
Aluguéis		1.009.562	769.809
		1.025.767	770.832
Juros sobre adiantamento de capital		445.172	594.761
Prejuízo do período retido		(66.878.019)	(16.105.856)

(As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.)

EMPRESA DE TRENS URBANOS DE PORTO ALEGRE S.A. - TRENSURB

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

PARA OS PERÍODOS DE TRÊS e SEIS MESES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2021 E 2020

(Valores expressos em reais, exceto quando especificado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S.A. - TRENSURB ("Companhia") é uma empresa pública, de capital fechado, com sede em Porto Alegre, no Estado do Rio Grande do Sul, tendo como acionista controlador a União Federal, estando vinculada ao Ministério do Desenvolvimento Regional, tendo por objeto:

- a) planejamento, implantação e prestação de serviço de trens urbanos na região metropolitana de Porto Alegre;
- b) planejamento, desenvolvimento, operação e implementação de atividades conexas ou complementares às descritas na alínea anterior.

2. BASE DE ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

2.1 Declaração de conformidade

Estas demonstrações financeiras intermediárias foram elaboradas e estão sendo apresentadas para os períodos de três e seis meses findos em 30 de junho de 2021, de acordo com o CPC 21 (R1) – Demonstrações intermediárias, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC.

2.2 Base de preparação

Estas demonstrações financeiras intermediárias foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto quando indicado de outra forma, tais como instrumentos financeiros mensurados a valor justo.

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com os Pronunciamentos Técnicos – CPC, requerem o uso de certas estimativas contábeis por parte da Administração. As áreas que envolvem julgamento ou o uso de estimativas, relevantes para as demonstrações financeiras intermediárias, estão demonstradas na Nota nº 3.b.

A apresentação das demonstrações financeiras intermediárias foi finalizada e autorizada para uso e divulgação pela Administração da Companhia em 23 de maio de 2022.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis adotadas pela Companhia estão descritas nas notas explicativas específicas, relacionadas aos itens apresentados; àquelas aplicáveis, de modo geral, em diferentes aspectos das demonstrações financeiras e considerações sobre o uso de estimativas e julgamentos, estão apresentadas a seguir:

a) Moeda funcional e conversão de saldos determinados em moeda estrangeira

As demonstrações financeiras da Companhia estão apresentadas em Real (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos à taxa de câmbio em vigor na data do balanço. Todas as variações são registradas na demonstração do resultado.

b) Julgamentos, estimativas e premissas contábeis críticas

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis e julgamentos da Administração da Companhia no processo de aplicação de suas políticas contábeis. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido a imprecisões do processo de sua determinação. A Companhia revisa suas estimativas e premissas periodicamente em um período não superior a um ano.

As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras e as informações sobre incertezas, premissas e estimativas estão incluídas nas seguintes notas explicativas: realização de créditos a receber (Nota 5), realização de direitos a receber (Nota 8) realização dos estoques (Nota 9), Vida útil e "*impairment*" do ativo imobilizado (Nota 12), vida útil dos ativos intangíveis (Nota 13), provisão para contingências (Nota 18), Imposto de renda e contribuição social (Nota 24), suficiência do passivo atrelado ao plano de previdência e déficit atuarial (Nota 25) e classificação e mensuração dos instrumentos financeiros (Nota 3.d).

c) Impairment de ativos não financeiros

A Administração da Companhia revisa periodicamente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável.

Em 30 de junho de 2021 e 2020, não foram identificados fatores de riscos e, conseqüentemente, nenhuma provisão para perda ao valor recuperável de ativo se fez necessária.

d) CPC 48 Instrumentos Financeiros

Classificação e mensuração dos Instrumentos financeiros

Os Instrumentos financeiros são mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo e classificados numa das três categorias:

- (a) mensuradas ao custo amortizado;
- (b) valor justo registrado por meio de Outros Resultados Abrangentes; e
- (c) valor justo registrado por meio do Resultado.

A Companhia determina a classificação dos seus ativos e passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial de acordo com o modelo de negócio no qual o ativo é gerenciado e suas respectivas características de fluxos de caixa contratuais, conforme o CPC 48.

Mensuração subsequente

A mensuração subsequente ocorre a cada data de fechamento das demonstrações financeiras de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros.

A Companhia classifica seus ativos e passivos financeiros na categoria de custo amortizado, de acordo com o propósito para os quais foram adquiridos ou emitidos:

Ativos financeiros não derivativos ao custo amortizado

Os ativos financeiros não derivativos ao custo amortizado são mensurados num modelo de negócio cujo objetivo é receber fluxos de caixa contratuais onde seus termos contratuais deem origem a fluxos e caixa que sejam, exclusivamente, pagamentos e juros do valor principal.

A Companhia possui classificados nessa categoria as Aplicações financeiras de liquidez imediata (Nota 4), Créditos a receber (Nota 5), Subvenções - SIAFI conta com vinculação de pagto (Nota 6), Direitos a receber (Nota 8) e aplicação em títulos e valores mobiliários.

Passivos financeiros não derivativos ao custo amortizado

Quaisquer passivos financeiros que não possam ser classificados como ao valor justo por meio do resultado devem ser mensurados e reconhecidos como ao custo amortizado.

A Companhia possui classificados nessa categoria o saldo a pagar para Fornecedores (Nota 14), adiantamento de clientes (Nota 16), credores por convênios (Nota 17), credores por depósitos e adiantamento para futuro aumento de capital (Nota 20.a).

Instrumentos financeiros derivativos e atividade de hedge

A Companhia não opera com instrumentos financeiros derivativos de proteção nem com atividade de hedge.

Impairment de ativos financeiros

O CPC 48 adota modelo de perdas esperadas que faz a avaliação com base mínima de doze meses ou por toda a vida do ativo financeiro registrando os efeitos quando houver indicativos de perdas em crédito esperadas nos ativos financeiros.

A Companhia adota um modelo ampliado de perdas para seus ativos financeiros, no qual avalia toda a vida do ativo, ou seja, todo o saldo, e reconhece a perda integral dos saldos quando cabível conforme o risco de não recuperação. O prazo de vencimento dos ativos neste modelo é indicativo, contudo não é o único fator considerado para o provisionamento. A Companhia, na avaliação de perdas esperadas, considera também os riscos inerentes ao seu modelo de negócio.

Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

e) Caixa e equivalentes de caixa

Representam valores em caixa, valores em trânsito oriundos de arrecadação, depósitos a liberar e aplicações de liquidez imediata, prontamente conversível em caixa, com vencimento original inferior a 90 dias e baixo risco de variação no valor e acréscidas de rendimentos no período.

f) Estoques

Os estoques de materiais de manutenção são avaliados ao custo médio de aquisição, sendo constituída, quando aplicável, provisão para perda ao valor recuperável, em montante considerado pela Administração como suficiente para cobrir eventuais perdas.

g) Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, ajustado ao custo atribuído, conforme laudo de avaliação do imobilizado, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos bens. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificadores. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados ao valor recuperável, se apropriado, ao final de cada exercício social.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado. Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras despesas" na demonstração de resultado.

h) Intangível

Os ativos intangíveis são registrados pelo custo de aquisição ou formação, deduzido da amortização e das perdas acumuladas "*impairment*" por redução ao valor recuperável, quando aplicável. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado de forma prospectiva. Os ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados.

A Administração da Companhia definiu não determinar valores residuais, visto que os bens são de características próprias para atender as necessidades da Companhia e que no final de sua vida útil não teriam valor comercial significativo.

i) Provisão para contingências

As provisões para riscos trabalhistas e cíveis são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

As provisões para riscos trabalhistas e cíveis são reconhecidas nas demonstrações financeiras tendo como base as melhores estimativas de risco envolvido e são constituídas em montantes considerados suficientes pela Administração da Companhia para cobrir perdas prováveis sendo atualizadas até as datas do Balanço, observada a natureza de cada contingência e apoiada nas informações dos assessores legais da Companhia.

j) Demais ativos e passivos circulantes e não circulantes

Os demais ativos circulantes e não circulantes são reconhecidos quando for provável que seus benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Os demais passivos circulantes e não circulantes quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo no futuro. Estão demonstrados por seus valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes rendimentos, encargos e atualizações monetárias incorridas até a data do balanço e, no caso dos ativos, retificados por estimativas de perdas prováveis.

k) Reconhecimento de receitas

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços de transporte urbano de seus clientes, no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos.

A Companhia reconhece a receita quando o seu valor pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia, conforme descrição a seguir:

- i) As receitas da prestação de serviço de transporte reconhecidas pela utilização quando oriundas da bilhetagem eletrônica Cartão SIM, TRI e TEU;
- ii) As Subvenções do Tesouro Nacional recebidas são reconhecidas no resultado quando os recursos são disponibilizados pela Secretaria do Tesouro Nacional para pagamento de despesas de pessoal, sentença e custeio devidamente empenhadas;
- iii) As receitas financeiras são reconhecidas conforme prazo decorrido, usando o método de taxa efetiva de juros.

l) Imposto de Renda e Contribuição Social Corrente e Diferido

O Imposto de Renda e a Contribuição Social corrente e diferido do período são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 20 mil mensais para Imposto de Renda e 9% sobre o lucro tributável para Contribuição Social sobre o lucro líquido, considerando a compensação dos prejuízos fiscais e da base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real apurado no período.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

Impostos correntes

Os impostos correntes são os impostos a pagar ou a recuperar, recolhidos por estimativas mensais, calculados sobre o lucro real ou prejuízo fiscais acumulados e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. São mensurados com base nas taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data do balanço.

Impostos diferidos

Os impostos diferidos são calculados às alíquotas de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>30/06/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Caixa	18.600	18.600
Valores em trânsito	648.018	568.681
Aplicações de liquidez imediata	126.849.806	172.385.390
	<u>127.516.424</u>	<u>172.972.671</u>

Além dos numerários em espécie e valores em trânsito oriundos de arrecadações e depósitos a liberar, são considerados como equivalentes de caixa aplicações financeiras de liquidez imediata, prontamente conversível em caixa, com vencimento original inferior a 90 dias e baixo risco de mudança de valor e que não possuem restrições para sua utilização, avaliadas ao custo acrescidas de rendimentos no período.

A receita financeira decorrente dessa aplicação em 30/06/2021 foi de R\$ 5.734.343 (R\$ 8.298.258 em 30/06/2020).

5. CRÉDITOS A RECEBER

	<u>30/06/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Créditos de Utilização Bilhetagem Eletrônica	800.073	756.640
Aluguéis, Arrendamentos, Concessões	1.867.680	1.659.907
(-)Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa	(303.144)	(303.144)
	<u>2.364.609</u>	<u>2.113.403</u>

As contas de aluguéis, arrendamentos e concessões estão deduzidas das perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa, conforme a seguir:

Saldo no início do período	303.144
(+) Provisão	-
(-) Reversão	-
(-) Recebimento	-
Saldo no final do período	<u>303.144</u>

6. SUBVENÇÕES - SIAFI – CONTA COM VINCULAÇÃO DE PAGAMENTO

Registra o valor do limite de saque da Conta Única do Tesouro Nacional, estabelecido pelo órgão central de programação financeira, para atender despesas, com vinculação de pagamento, previstas no orçamento, por fonte de recursos.

7. ADIANTAMENTO DE FÉRIAS E DÉBITOS DE EMPREGADOS

	<u>30/06/2021</u>		<u>31/12/2020</u>	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Adiantamento de férias	1.869.873	-	3.302.936	-
Adiantamento de 13º salário	3.746.699	-	-	-
Adiantamento por insuficiência de saldo (a)	186.816	-	147.123	-
Plano de Saúde (b)	109.022	118.841	67.729	118.841
Débitos de empregados	14.563	-	10.779	-
	<u>5.926.973</u>	<u>118.841</u>	<u>3.528.567</u>	<u>118.841</u>

a) Adiantamento por insuficiência de saldo

Compõe adiantamentos a empregados de valores pagos por benefícios estipulados em acordo coletivo, onde os descontos ficam pendentes em consequência de afastamentos legais e/ou benefícios previdenciários e insuficiência de saldo. Tais valores são ajustados por provisão quando a possibilidade de perda é considerada provável pela área de recursos humanos. No período findo em 30/06/2021 a provisão é no montante de R\$ 21.446 (R\$ 21.446 em 31/12/2020). Os adiantamentos por suficiência de saldo estão deduzidos da provisão para risco de crédito

Saldo no início do período	147.123
Pagamentos	915.366
Recebimentos	(875.673)
Provisão	-
Saldo no final do período	186.816

b) Plano de Saúde

A área de recursos humanos, considerando os valores registrados por empregado e os limites de desconto mensal permitidos, estimou o montante a ser recebido, no ativo circulante e não circulante. No período findo em 30/06/2021 os valores a receber no ativo não circulante foram ajustados por provisão de R\$ 6.586 (R\$ 6.586 em 31/12/2020), quando a probabilidade de perda é considerada provável pela área de recursos humanos.

Saldo no início do período	186.570
Pagamentos	49.621
Recebimentos	(8.328)
Provisão	-
Saldo no final do período	227.863

8. DIREITOS A RECEBER

	<u>30/06/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Convênio Pessoal Cedido	11.939	3.708
Depósitos e Cauções/Outros devedores	41.645	41.507
Dividendos/ Juros a Receber/ Outros devedores	140.012	9.637
Devedores Infração Legal e Contratual	157.924	157.924
	<u>351.520</u>	<u>212.776</u>

O valor de R\$ 157.924 referente a devedores por Infração Legal e Contratual deve-se ao auto de infração da Receita Federal do Brasil (RFB) que se originou do processo fiscal nº 11080.728824/2012-63, onde a RFB apontou equívocos nas informações das bases de cálculo das notas fiscais emitidas pelos terceiros contratados quanto às contribuições sociais devidas por estes e recolhidas pela Trensurb na qualidade de substituta tributária. A Trensurb possui ajuizadas ações de cobranças, sendo o montante de R\$ 125.123 classificadas como perda remota e R\$ 32.801 classificado como perda possível, pela área jurídica da Companhia.

9. ESTOQUES

Os itens mais significativos de estoque referem-se a materiais para manutenção dos TUEs.

	<u>30/06/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Material de TUES e Veículos	9.716.040	10.136.263
Material da Via Permanente	2.653.768	2.918.370
Sistemas operacionais	3.376.001	3.227.087
Peças e Acessórios de Equipamentos	76.725	78.295
Materiais de expediente e administrativos	697.203	693.014
Ajuste de Inventário Físico	(249.349)	(249.349)
	<u>16.270.388</u>	<u>16.803.680</u>

10. DEPÓSITOS JUDICIAIS

	<u>30/06/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Depósitos Judiciais Cíveis	24.487	23.765
Depósitos Judiciais Trabalhistas	18.913.622	18.247.340
Processos Judiciais - Rec. Próprios	205.323	205.232
	<u>19.143.432</u>	<u>18.476.337</u>

11. PENHORA S/ RECEITA PRÓPRIA E GARANTIAS À JUÍZO

A Penhora Sobre Receita Própria de R\$ 461.127 (R\$ 461.127 em 31/12/2020) corresponde a valores em espécie, retirados da tesouraria da Trensurb pela Justiça do Trabalho para fazer garantia para processos trabalhistas. Os valores de penhora de receita própria, repostos pelo Tesouro Nacional através de receita de Subvenção de Sentença não liberados aos reclamantes são transferidos para conta Garantias à Juízo, que no período representam o valor de R\$ 37.373.048 (R\$ 28.244.244 em 31/12/2020)..

12. IMOBILIZADO

a) Composição do saldo

Contas	Vida Útil (anos)	30/06/2021		31/12/2020	
		Custo Corrigido	Depreciação Acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Terrenos	-	45.909.816	-	45.909.816	45.909.816
Edificações, estações e depósitos	25,00	263.985.076	(75.449.588)	188.535.488	191.327.023
Obras de arte (passarelas e viadutos)	33,33	167.034.314	(73.428.959)	93.605.355	95.250.674
Via permanente	33,33	604.946.676	(136.264.573)	468.682.103	474.815.450
Sistemas operacionais	11,11	324.768.154	(148.862.196)	175.905.958	181.980.874
Veículos ferroviários/aeromóvel	20	368.505.523	(134.104.332)	234.401.191	238.800.139
Veículos rodoviários	3,03	1.678.988	(770.441)	908.547	970.482
Equip. processamento de dados	4,55	6.159.466	(4.992.312)	1.167.154	1.120.555
Equipamentos, máquinas e instrumentos	7,69	60.170.452	(46.892.608)	13.277.844	14.633.611
Instalações	9,09	29.751.149	(11.743.323)	18.007.826	18.933.946
Móveis e utensílios	10	9.809.401	(7.155.932)	2.653.469	2.599.870
Benfeitorias em bens de terceiros	5,88	14.085.626	(9.960.446)	4.125.180	4.290.487
Imobilizado em curso	-	11.829.637	-	11.829.637	10.487.092
Importações em andamento	-	63.040	-	63.040	63.040
Almoarifado de bens imobilizados	-	11.691.154	-	11.691.154	11.549.613
		<u>1.920.388.472</u>	<u>(649.624.710)</u>	<u>1.270.763.762</u>	<u>1.292.732.672</u>

b) Movimentação do Imobilizado

CUSTO	31/12/2020	Adições	Baixas	Transferências	31/0330/06/2021
Terrenos	45.909.816	-	-	-	45.909.816
Edificações, estações e depósitos	263.985.076	-	-	-	263.985.076
Obras de arte (passarelas e viadutos)	167.034.314	-	-	-	167.034.314
Via permanente	604.946.676	-	-	-	604.946.676
Sistemas operacionais	324.134.479	289.995	(1.320)	345.000	324.768.154
Veículos ferroviários/aeromóvel	368.505.523	-	-	-	368.505.523
Veículos rodoviários	1.678.988	-	-	-	1.678.988
Equip. processamento de dados	5.874.635	282.500	(369)	2.700	6.159.466
Equip., máquinas e instrumentos	59.872.654	20.433	(1.290)	278.655	60.170.452
Instalações	29.601.126	150.023	-	-	29.751.149
Móveis e utensílios	9.551.179	332.809	(74.587)	-	9.809.401
Benfeitorias em bens de terceiros	14.085.626	-	-	-	14.085.626
Imobilizado em curso	10.487.092	2.110.441	-	(767.896)	11.829.637
Importações em andamento	63.040	-	-	-	63.040
Almoxarifado de bens imobilizados	11.549.613	-	-	141.541	11.691.154
TOTAL CUSTO	1.917.279.837	3.186.201	(77.566)	-	1.920.388.472

DEPRECIAÇÕES ACUMULADAS	31/12/2020	Adições	Baixas	Transferências	30/06/2021
Edificações, estações e depósitos	(72.658.053)	(2.791.535)	-	-	(75.449.588)
Obras de arte (passarelas e viadutos)	(71.783.640)	(1.645.319)	-	-	(73.428.959)
Via permanente	(130.131.226)	(6.133.347)	-	-	(136.264.573)
Sistemas operacionais	(142.153.605)	(6.709.911)	1.320	-	(148.862.196)
Veículos ferroviários/aeromóvel	(129.705.384)	(4.398.948)	-	-	(134.104.332)
Veículos rodoviários	(708.506)	(61.935)	-	-	(770.441)
Equip. processamento de dados	(4.754.080)	(238.601)	369	-	(4.992.312)
Equip., máquinas e instrumentos	(45.239.043)	(1.654.855)	1.290	-	(46.892.608)
Instalações	(10.667.180)	(1.076.143)	-	-	(11.743.323)
Móveis e utensílios	(6.951.309)	(279.210)	74.587	-	(7.155.932)
Benfeitorias em bens de terceiros	(9.795.139)	(165.307)	-	-	(9.960.446)
TOTAL DEPRECIÇÃO	(624.547.165)	(25.155.111)	77.566	-	(649.624.710)
IMOBILIZADO LÍQUIDO	1.292.732.672	(21.968.910)	-	-	1.270.763.762

c) A Companhia realizou em 2010, através de laudo técnico, a revisão do ativo imobilizado com a finalidade de atribuição de novo custo (mais valia) em acordo com as normas e diretrizes da ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas, IBAPE – Instituto Brasileiro de Avaliações e Perícias de Engenharia, Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, NBC TG 27 e Interpretação Técnica ITG 10.

A Administração da Companhia procedeu a revisão de alguns itens do imobilizado considerando o custo histórico como base de valor ajustado para refletir o “custo atribuído”, a partir de 01/01/2010, cujos efeitos dessa mudança foram registrados de forma prospectiva, gerando no ano de 2010 o valor de R\$ 95.584.173 no ativo não circulante imobilizado e de R\$ 63.085.555 líquido dos efeitos tributários (R\$ 32.498.618) no patrimônio líquido.

Nos períodos de três e seis meses findos em 30 de junho de 2021 a realização da reserva do custo atribuído foi no valor de R\$ 1.665.941 referente a depreciação e no valor de R\$ 566.420 referente ao Imposto de Renda e Contribuição Social, resultando os saldos nas contas de ajuste de avaliação patrimonial o valor de R\$ 32.606.620 (R\$ 33.706.141 em 31/12/2020) e provisão do imposto de renda e contribuição social diferida o valor de R\$ 16.797.467 (R\$ 17.363.887 em 31/12/2020).

d) Em 31/12/2020 a Companhia avaliou o valor recuperável de seus ativos, e conforme relatório apresentado por seus especialistas, não identificou a necessidade de registro de provisão para ajuste dos bens aos seus valores recuperáveis (“Impairment”). Os resultados alcançados na mensuração do valor recuperável de seus ativos estão apresentados abaixo:

	<u>31/12/2020</u>
Ativos Imobilizados	1.292.732.673
Ativos Intangíveis	<u>3.207.239</u>
Total dos Ativos Componentes da UGC	1.295.939.912
Valor Justo (*)	1.477.602.480
Redução ao Valor recuperável	-

(*) O Conjunto de bens avaliados a valor justo é composto pelos trens série 200 e expansão da linha norte (via permanente, obras civis, rede aérea e sistemas operacionais).

e) O valor dos bens do ativo imobilizado dados em penhora ou em garantia em causas trabalhistas perfazem um total acumulado de R\$ 282.398.557 em 30/06/2021 (R\$ 337.622.839 em 31/12/2020).

13. INTANGÍVEL

a) Os ativos intangíveis com vida útil indefinida correspondem ao direito de uso concedido pela Prefeitura Municipal de Porto Alegre para utilização pela Companhia e sua viabilidade operacional quando da constituição da TRENURB, não sofrendo amortização, nem perda pelo valor recuperável.

b) Os ativos intangíveis com vida útil definida estão avaliados ao custo de aquisição, amortizados pelo método linear ao longo de sua vida útil estimada.

c) Nenhum dos ativos intangíveis foi gerado internamente.

d) Composição do Intangível:

Contas	Vida Útil (anos)	Custo Corrigido	30/06/2021		31/12/2020
			Amortização Acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Direito de uso de imóveis	indefinida	1.374.204	-	1.374.204	1.374.204
Direito de uso de telefones	indefinida	1.596	-	1.596	1.596
Marcas e patentes	10	4.872	(4.872)	-	-
Softwares	20	12.734.161	(11.592.844)	1.141.317	1.831.439
Outras desp. de informática	10	26.000	(26.000)	-	-
		14.140.833	(11.623.716)	2.517.117	3.207.239

e) Movimentação do Intangível:

CUSTO	31/12/2020	Adições	Baixas	Transferências	30/06/2021
Direito de uso de imóveis	1.374.204	-	-	-	1.374.204
Direito de uso de telefones	1.596	-	-	-	1.596
Marcas e Patentes	4.872	-	-	-	4.872
Softwares	12.734.161	-	-	-	12.734.161
Outros dispêndios de informática	26.000	-	-	-	26.000
TOTAL CUSTO	14.140.833	-	-	-	14.140.833

AMORTIZAÇÃO	31/12/2020	Adições	Baixas	Transferências	30/06/2021
Marcas e Patentes	(4.872)	-	-	-	(4.872)
Softwares	(10.902.722)	(690.122)	-	-	(11.592.844)
Outros dispêndios de informática	(26.000)	-	-	-	(26.000)
TOTAL AMORTIZAÇÃO	(10.933.594)	(690.122)	-	-	(11.623.716)
INTANGÍVEL LÍQUIDO	3.207.239	(690.122)	-	-	2.517.117

14. FORNECEDORES

Fornecedores Nacionais	30/06/2021	31/12/2020
Aquisições Trens	11.798.315	11.919.399
Sist. de energia e comun.	1.401.788	1.235.854
Prestação de serviços	2.327.571	-
Energia Elétrica	5.428.583	2.577.370
Gastos gerais	5.813.777	3.147.969
	26.770.034	18.880.592

15. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS

	30/06/2021		31/12/2020	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Férias e Encargos	18.562.601	-	14.712.770	-
Promoção por Antiguidade a Pagar	2.249.569	686.688	2.249.569	686.688
FGTS s/ proc. Judicial a pagar	-	-	1.148.501	-
Outras Obrigações Trabalhistas	46.926	-	29.850	-
	20.859.096	686.688	18.140.690	686.688

16. ADIANTAMENTO DE CLIENTES

	30/06/2021	31/12/2020
Credores p/ Venda Créditos	1.417.648	1.255.574
Adiantamento ATP Cartão SIM e TRI	577.767	1.480.924
Adiantamento Clientes Comerciais	2.433	2.433
	1.997.848	2.738.931

O Adiantamento ATP Cartão SIM e TRI refere-se a valores recebidos quinzenalmente da Associação de Transporte de Passageiros de Porto Alegre (ATP), para fazer frente ao pagamento das utilizações dos cartões SIM e TRI.

17. CREDORES POR CONVÊNIO

	30/06/2021	31/12/2020
Convênios SESI/SENAI	148.922	110.004
Assistência Saúde	655.236	651.891
Credores Diversos	522.902	287.066
	1.327.060	1.048.961

18. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

a) Provisão para contingências trabalhistas

A constituição da provisão trabalhista é decorrente da análise jurídica das ações, quando a probabilidade de perda destas é considerada provável. Em 30/06/2021, a provisão constituída para ações trabalhistas compõe-se de R\$ 91.728.803 (R\$ 94.039.210 em 31/12/2020) para ações de empregados e de R\$ 1.612.736 (R\$ 1.687.894 em 31/12/2020), para ações de empregados de empresas terceirizadas.

A movimentação das provisões trabalhistas está composta como segue:

	30/06/2021	31/12/2020
	<u>Não Circulante</u>	<u>Não Circulante</u>
Saldo no início do período	95.727.104	123.840.589
(+) Provisão	742.923	3.195.928
(-) Reversão	(2.778.793)	(27.775.150)
(-) Pagamentos	(349.695)	(3.534.263)
Saldo no final do período	<u>93.341.539</u>	<u>95.727.104</u>

Os valores de ações trabalhistas cuja probabilidade de perda, segundo a área jurídica da Companhia, é considerada possível em 30/06/2021 compõe-se de R\$ 90.856.369 (R\$ 98.416.235 em 31/12/2020) sendo ações de empregados R\$ 84.023.030 e R\$ 6.833.339 ações de empregados de empresas terceirizadas.

b) Provisão para contingências cíveis

Foram registradas no passivo não circulante, as ações cíveis, oriundas de ações de terceiros, cuja probabilidade de perda segundo a área jurídica da Companhia, é considerada provável. A movimentação destas provisões nos períodos de três e seis meses findos em 30/06/2021 e no exercício findo em 31/12/2020 está composta como segue:

	30/06/2021	31/12/2020
	<u>Não Circulante</u>	<u>Não Circulante</u>
Saldo no início do período	23.835.766	19.762.532
(+) Provisões	249.929	4.183.994
(-) Reversões	-	(3.978)
(-) Pagamentos	(151.073)	(106.782)
Saldo no final do período	<u>23.934.622</u>	<u>23.835.766</u>

A variação da provisão cível é decorrente da análise jurídica quanto a probabilidade de perda das ações já existentes, assim como atualizações e correções dos valores das ações judiciais.

Os valores de ações cíveis cuja probabilidade de perda, segundo a área jurídica da Companhia, é considerada possível em 30/06/2021 é de R\$ 27.545.802 (R\$ 31.280.111 em 31/12/2020). A variação ocorrida é decorrente da tramitação dos processos judiciais já existentes.

19. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

O capital social de R\$ 2.014.563.144 está representado por 9.531.343.524 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, pertencentes integralmente a acionistas domiciliados no País. A composição acionária está assim representada:

Composição Acionária em	30/06/2021		31/12/2020	
	Quantidade	%	Quantidade	%
Acionista				
União Federal	9.522.884.238	99,9112	9.522.884.238	99,9112
Estado do Rio Grande do Sul	6.543.949	0,0687	6.543.949	0,0687
Município de Porto Alegre	1.915.337	0,0201	1.915.337	0,0201
Total	<u>9.531.343.524</u>	<u>100,0000</u>	<u>9.531.343.524</u>	<u>100,0000</u>

b) Prejuízos acumulados

O saldo da conta de Prejuízos Acumulados é de R\$ 819.493.891 (R\$ 754.281.813 em 31/12/2020).

20. RECURSOS RECEBIDOS DA UNIÃO FEDERAL

a) Adiantamento para futuro aumento de capital

Corresponde aos recursos recebidos da União para investimento e adiantamento para futuro aumento de Capital Social.

Em conformidade ao art. 74 do decreto 8.945/2016 e parágrafo único art. 2.º Dec. nº 2.673 de 16/07/98, os recursos recebidos até 31/12/2016 são atualizados pela taxa SELIC até sua efetiva incorporação ao capital social. Os recursos recebidos a partir de 01/01/2017 não sofrem atualização, conforme disposto na norma SIAFI 021122 – Participações da União no Capital de empresas, em seus itens 2.3.7 e 2.3.8 e são registrados no Patrimônio Líquido, atendendo também as definições de instrumentos patrimoniais conforme determinado no CPC 39.

No exercício de 2020, a Companhia encaminhou proposta para assembleia de Aumento de Capital no montante de R\$ 64.319.428, sendo R\$ 34.280.496 referente a recursos recebidos entre 31/12/2015 e 31/12/2016 e os encargos decorrentes pela atualização pela SELIC até a data da referida proposta e R\$ 30.038.932 referente aos recursos recebidos de 01/01/2017 a 31/03/2020. Essa proposta resultará no aumento de 428.098.405 ações ordinárias nominativas.

b) Subvenção para Custeio

As Subvenções recebidas do Tesouro Nacional, são disponibilizados pela Secretaria do Tesouro Nacional para pagamento de despesas de pessoal, sentença e custeio devidamente empenhadas. O montante recebido nos períodos de três e seis meses findos em 30/06/2021 foi de R\$ 46.888.297 (R\$ 89.234.413 nos períodos de três e seis meses findos em 30/06/2020) composto a seguir:

Subvenção	30/06/2021	30/06/2020
Pessoal	23.099.901	69.009.528
Sentença	11.733.566	8.435.445
Custeio	12.054.830	11.789.440
	46.888.297	89.234.413

c) Lei Orçamentária Anual - LOA

O orçamento anual da Companhia está definido conforme Lei Orçamentária Anual, nº 14.144 de 22/04/2021. Os montantes fixados para a despesa da TRENURB para o exercício financeiro de 2021, conforme a LOA é de R\$ 287.274.650. Deste valor, R\$ 148.426.996 são de recursos próprios diretamente arrecadados que compõe a projeção da receita para o exercício e R\$ 138.847.654 provenientes de recursos de subvenção concedidos pelo Tesouro Nacional. No decorrer do exercício existe a possibilidade da solicitação de créditos adicionais ao orçamento vigente. Para este fim é publicada anualmente, Portaria do Ministério do Planejamento, estabelecendo procedimentos e prazos para solicitações de alterações orçamentárias.

	LOA/2021	Recursos Próprios Fonte 150/180	Recursos Subvenção Fonte 100
Pessoal	158.465.339	46.038.611	112.426.728
Sentença	26.420.926	-	26.420.926
Custeio	101.688.385	101.688.385	-
Investimento	700.00	700.00	-
	287.274.650	148.426.996	138.847.654

21. RECEITA LÍQUIDA

	01/04/2021 à 30/06/2021	01/01/2021 à 30/06/2021	01/04/2020 à 30/06/2020	01/01/2020 à 30/06/2020
RECEITA BRUTA				
Serviço de transporte metroviário	22.175.938	42.470.090	15.032.048	50.543.083
Aluguéis, arrendamentos e concessões	669.474	1.269.256	519.662	1.405.763
	22.845.412	43.739.346	15.551.710	51.948.846
Tributos sobre a receita bruta	(61.926)	(117.406)	(48.069)	(130.033)
	(61.926)	(117.406)	(48.069)	(130.033)
RECEITA LÍQUIDA	22.783.486	43.621.940	15.503.641	51.818.813

22. CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS

	01/04/2021 à 30/06/2021	01/01/2021 à 30/06/2021	01/04/2020 à 30/06/2020	01/01/2020 à 30/06/2020
Pessoal e Encargos	28.421.866	55.079.439	26.858.888	54.047.140
Serviços de Terceiros	9.641.638	19.463.728	11.266.023	22.586.874
Consumo de Materiais	705.564	2.091.450	1.126.313	2.349.109
Energia de Tração	8.301.103	20.247.986	7.784.190	15.928.499
Serviços de Utilidade Pública	1.895.422	3.757.232	2.015.572	4.317.322
Depreciação	12.061.148	24.106.986	12.036.676	24.093.553
Outros Custos	26.125	128.379	27.440	66.623
	61.052.865	124.875.200	61.115.102	123.389.120

23. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	01/04/2021 à 30/06/2021	01/01/2021 à 30/06/2021	01/04/2020 à 30/06/2020	01/01/2020 à 30/06/2020
Pessoal e Encargos	14.692.251	28.775.857	9.971.921	28.286.794
Serviços de Terceiros	2.866.333	5.228.054	2.338.127	4.529.014
Consumo de Materiais	145.592	236.413	75.779	145.165
Serviços de Utilidade Pública	367.110	698.444	446.871	921.658
Depreciação/ Amortização	723.472	1.738.248	1.044.114	2.060.840
Outras Despesas	881.020	1.681.513	693.145	1.631.665
	19.675.778	38.358.529	14.569.957	37.575.136

24. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

O Imposto de renda e a Contribuição social com base no regime do lucro real, de acordo com a legislação fiscal e alíquotas vigente, a base de cálculo é a seguinte:

	Imposto de Renda e Contribuição Social			
	01/01/2021 à 30/06/2021	01/01/2020 à 31/03/2020	01/04/2020 à 30/06/2020	01/01/2020 à 30/06/2020
Lucro antes do IRPJ e da CSLL	(66.878.019)	3.578.137	(18.955.065)	(15.376.928)
Adições / (Exclusões) permanentes	2.228.692	1.046.327	1.117.382	
Adições / (Exclusões) temporárias	(7.467.816)	(1.481.060)	482.860	
(Prejuízo Fiscal) / Lucro Real	(48.686.225)	3.143.404	(17.354.823)	
(-) Compensação Prejuízo Fiscal - 30%	-	(943.021)	-	
(Prejuízo Fiscal) / Lucro Real do período após as compensações	-	2.200.383	(17.354.823)	
Alíquota - 9%	-	198.034	-	198.034
Alíquota - 10%	-	214.038	-	214.038
Alíquota - 15%	-	330.058	-	330.058
Total Imposto	-	742.130	-	742.130
(-) PAT - Programa de alimentação do trabalhador	-	(13.202)	-	(13.202)
Despesa de imposto de renda e contribuição social do período	-	728.928	-	728.928
Valor do imposto pago no período	-	728.928	-	728.928

25. PLANO DE PREVIDÊNCIA E PENSÃO A EMPREGADOS

a) Descrição Geral do Plano

A Companhia é patrocinadora do Plano de Benefícios denominado Trensurb Prev, administrado pela BB Previdência - Fundo de Pensão do Banco do Brasil (BB Previdência), o plano assegura benefícios a seus participantes (empregados) por ocasião de aposentadoria programada na percepção de benefício, aposentadoria por invalidez, pensão por morte de ativo na modalidade de rendas vitalícias.

A partir da aprovação da alteração do Regulamento do Plano Trensurb Prev em 04/11/2020, conforme Portaria Previc nº 768, o plano passou a disponibilizar os mesmos benefícios citados no parágrafo anterior, no entanto na modalidade de contribuição definida, tanto na fase de acumulação dos recursos como na concessão das rendas, dessa forma foi mitigado possíveis riscos atuariais que estavam atrelados à expectativa de vida e retorno de investimentos para os novos benefícios de aposentadoria normal, invalidez ou por falecimento. Diante do exposto, o risco atuarial do plano Trensurb Prev restringe-se atualmente às pessoas que estão aposentadas até a data de 03/11/2020.

b) Principais Premissas Utilizadas na Avaliação Atuarial

Premissas Atuariais		
Taxa de Juros Atuarial		4,10% a.a.
Taxa de Crescimento Salarial		Zero
Taxa de Rotatividade		0,00%
Indexador de Reajuste dos Benefícios do Plano		INPC (IBGE)
Tábua de Mortalidade Válidos		AT - 2000 M
Tábua de Mortalidade Inválidos		EX - IAPC
Tábua de Entrada em invalidez		TASA 27

c) Conciliação Valor Presente (Obrigações Atuariais) e Ativos Líquidos do Plano

Ativos Líquidos	31/12/2020	
Patrimônio - P	80.477.303	
Passivos Atuariais (Valor Presente)		
Benefícios Concedidos – A	34.627.758	
Benefícios a Conceder – B	47.549.270	
Déficit Contratado - C = C1 + C2 + C3	(3.896.214)	
Patrocinadora - C1	(1.892.490)	
Participante - C2	-	
Assistidos - C3	(2.003.724)	
Total das Provisões - D = A + B + C	78.280.814	
Fundo Previdencial – E	2.667.804	
Superávit/Déficit Actuarial - F = P + D – E	(471.315)	
Valor do Ajuste de Precificação = G	-	
Equilíbrio Técnico Ajustado - H = F + G	(471.315)	

Conforme atuários responsáveis pela avaliação atuarial de 2020, o plano Trensurb Prev, apresentou um déficit técnico de R\$ 471.315, esse valor é inferior ao limite de déficit do plano de R\$ 1.339.895, portanto sem a necessidade de equacionamento. A duration do plano foi de 8,36 anos no encerramento de 2020. Os investimentos do plano Trensurb Prev renderam 6,56% no ano, isso corresponde a 67% da meta atuarial de 2020 (INPC + 4,10%) que foi de 9,77%, portanto o resultado dos investimentos foi inferior à meta atuarial estabelecida.

Quanto ao déficit contratado de responsabilidade da patrocinadora, cabe informar que sua amortização ocorrerá conforme Plano de Equacionamento de Déficit 2013 e 2014 e instrumento particular de garantia, com prazo de equacionamento de 127 meses, método de amortização Price e taxa de carregamento de 0%. O saldo devedor em 31/12/2020 era de R\$ 1.892.490,68, com prazo remanescente de amortização de 58 meses.

d) Política contábil para reconhecimento de ganhos e perdas atuariais

Os ganhos ou perdas atuariais compreendem as diferenças entre as premissas atuariais adotadas e o que ocorreu efetivamente. São contabilizadas através de reconhecimento de déficit ou superávit no Plano. Quando da ocorrência de déficit, este deve ser equacionado por meio de contribuições extraordinárias dos participantes, assistidos e da patrocinadora, conforme disposições da Lei Complementar n.º 109/2001 e Resolução CNPC n.º 30/10/2018. O superávit verificado é reconhecido como reserva de contingência do plano, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor das provisões matemáticas ou até o limite calculado pela seguinte fórmula, o que for menor: Limite da Reserva de Contingência = [10% + (1% x duração do passivo do plano)] x Provisão Matemática. O que superar esse limite é alocado como Reserva Especial, que poderá ser utilizada para melhorias no Plano de Benefícios e/ou redução do Plano de Custeio, respeitadas as condições impostas pela Lei Complementar n.º 109/2001 e Resolução CNPC n.º 30/10/2018.

26. GERENCIAMENTO DE RISCOS FINANCEIROS

As atividades da Companhia estão voltadas a buscar a sustentabilidade de seu equilíbrio econômico financeiro no curso normal de seus negócios e nesse contexto as atividades da TRENURB a expõem a Riscos de Mercado, sendo considerado os seguintes fatores de risco: políticas públicas de preços tarifários e de outros índices macroeconômicos, risco de crédito e de liquidez, os quais introduzem certo grau de risco a geração de caixa e de resultados da Companhia.

A Administração da Companhia busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia por meio do monitoramento contínuo dos Riscos.

a) Risco de Preços Tarifários

A Companhia está exposta a preços tarifários de sua operação de transporte, e com a finalidade de mitigar os efeitos desta exposição formula estudos de viabilidade econômica e aplicação de reajustes tarifários aos preços das tarifas de forma a buscar o equilíbrio tanto para a Companhia quanto para a sociedade, porém não é possível garantir que o preço da tarifa sempre se manterá em patamares suficientes para a TRENURB, dado os efeitos das políticas públicas e outros índices macroeconômicos.

b) Risco de crédito

O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, relativo aos depósitos bancários à vista e as aplicações financeiras liquidez imediata, bem como de exposições de crédito a clientes, incluindo créditos a receber em aberto.

Os ativos classificados como caixa e equivalente de caixa estão vinculados a Conta Única do Tesouro geridas pela União por meio do ministério do planejamento onde a utilização dos recursos está vinculada aos limites de empenho previstos na Lei Orçamentária Anual.

A qualidade do crédito a receber é avaliada com base em sistema interno de classificação de crédito e os valores contábeis apresentados correspondem a expectativa de realização da Companhia.

c) Risco de Liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada para assegurar que a Companhia tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais, sendo considerado nas sua estimativa a arrecadação por meio de recursos próprios e os créditos oriundos do Tesouro Nacional previstos na Lei Orçamentária Anual.

A Administração monitora de forma contínua o fluxo de caixa da Companhia para assegurar que ela tenha caixa suficiente para fazer frente à necessidades operacionais e suas obrigações, no entanto, está sujeita a limitações orçamentárias impostas pelo Governo Federal.

O prazo médio de vencimentos de fornecedores aplicados na Companhia é de 30 dias.

A Companhia mantém como penhora ou garantia em causas trabalhistas bens do ativo imobilizado no total de R\$ 282.398.557.

d) Risco de taxas de juros

A Companhia não possui montantes em empréstimos e financiamentos contratados na data das demonstrações financeiras, e portanto, não está exposta a tal risco de forma significativa.

27. SEGUROS

A Companhia contratou cobertura de seguros para riscos operacionais e outros a fim de cobrir eventuais perdas no ativo imobilizado.

A Administração da Companhia entende que as coberturas contratadas são suficientes para cobrir eventuais perdas, considerando a natureza da atividade da Companhia. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, conseqüentemente, não foram examinadas pelos auditores independentes.

28. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Em conformidade com a política de transações com partes relacionadas da Companhia e conforme estabelece o Pronunciamento Técnico CPC 05 – Divulgação sobre Partes Relacionadas, enquadram-se nesse conceito a transferência de recursos, serviços ou obrigações entre partes relacionadas, havendo ou não valor alocado à transação.

As transações com partes relacionadas da Trensurb nos períodos de três e seis meses findos em 30 de junho de 2021 e de 2020 foram como segue:

Parte Relacionada	Contrato	Valor contratual	Valores Pagos 01/01/2021 à 30/06/2021	Valores Pagos 01/04/2021 à 30/06/2021	Valores Pagos 01/01/2020 à 30/06/2020	Valores Pagos 01/04/2020 à 30/06/2020
EBC - Empresa Brasileira de Comunicação	120.17/2015	1.750.000	70.202	7.700	71.029	7.700
EBCT - Empresa Brasileira de Correios e Telegrafos	120.17/17-1	30.000	1.550	565	3.387	1.574
Imprensa Nacional	120.10/15-3	250.000	-	-	384.600	384.600
Total		2.030.000	71.752	8.265	459.016	393.874

<u>Administrador / Conselheiro</u>	<u>Parte Relacionada</u>	<u>Valores pagos até 30/06/2021</u>	<u>Valores pagos até 30/06/2020</u>
Reine Antônio Borges	Ministério do Desenvolvimento Regional	-	14.230
Roberta Zanenga de Godoy Marchesi	Ministério do Desenvolvimento Regional	15.959	-
Carlos Biedermann	Ministério da Economia	15.959	-
Ricardo Richinitti Hingel	Ministério da Economia	24.976	14.230
Ronald Krummenauer	Ministério da Economia	15.959	15.960
Rafel Bicca Machado	Ministério da Economia	10.640	16.306
Daniel de Oliveira Duarte Ferreira	Ministério da Economia	15.959	13.300

29. IMPACTOS DA PANDEMIA DO NOVO CORONA VÍRUS (COVID-19)

Conforme exposto na mensagem da Administração da Companhia, a Trensurb assumiu em março, no início da Pandemia do COVID 19, cientes de que nossa empresa se constitui num vetor de disseminação viral do Estado: 180 mil passageiros/dia útil, utilizando uma frota de 160 vagões (TUEs-Trens Unidades Elétricas). O desafio era o de combater a lógica, potencialmente trágica. No primeiro dia, determinamos o uso máximo de comboios duplos, 8 vagões ao invés dos clássicos 4, ofertando mais espaço e garantindo mais conforto e segurança aos passageiros. Reforçamos as equipes de limpeza, garantindo, em cada viagem, a completa higienização com álcool nos vagões, corrimãos, catracas, balcões e terminais bancários e nos pontos de atendimento, além do uso obrigatório de máscaras e disponibilização de álcool em todas as Estações e postos de venda de passagens. Além de lavatórios nas plataformas.

Aos empregados, garantimos assistência médica e ambulatorial para exames e testes (em convênio com o SESI), e encontramos neles um grande espírito de equipe que garantiu o bom resultado da campanha de prevenção.

Além disto, nossos clientes, constatando o ímpeto de nossa campanha de esclarecimento público, tiveram razões objetivas para confiarem na seriedade e qualidade dos serviços prestados à Região Metropolitana.

A Companhia determinou, em função dos Decretos Municipais/Estaduais emitidos devido a pandemia da COVID-19, o fechamento dos espaços comerciais em suas estações, isentando os permissionários da cobrança de aluguel no mês de abril. Em maio, para os que permaneceram com os estabelecimentos fechados, foi mantida a isenção.

Outro fato ocorrido em razão da pandemia, foi a suspensão da implementação do reajuste tarifário previsto para a TREN SURB no ano de 2020, que já estava aprovado de acordo com as diretrizes tarifárias da Companhia.

A Administração da Companhia acredita que o impacto do covid-19 na operação da Companhia, provavelmente, será derivado da pandemia no cenário macroeconômico. Julgamos não haver elementos suficientes para se proceder a uma avaliação aprofundada com projeções que alcancem os impactos futuros de médio e longo prazo. Porém, não há risco de continuidade operacional, uma vez que, possível frustração de receita será subsidiada pela União com o aumento da subvenção de custeio.

30. REMUNERAÇÃO DE ADMINISTRADORES E EMPREGADOS

As remunerações pagas a administradores e a empregados no exercício foram as seguintes:

Remuneração	Maior	Menor	Média
Administradores	28.266	24.759	25.928
Empregados	46.537	2.087	8.993

Porto Alegre, 23 de maio de 2022.

PEDRO DE SOUZA BISCH NETO

Diretor Presidente
CPF 176.117.840-72

GERALDO LUIS FELIPPE

Diretor de Administração e Finanças
CPF 371.129.910-68

LUÍS EDUARDO FIDELL ANTUNES

Diretor de Operações
CPF 906.145.420-49

TALITHA DA SILVEIRA MENDER DE SOUZA

Setor de Contabilidade e Patrimônio
Contadora CRC/RS 090.987
CPF 029.422.060-71

JAIR BERNARDO CORREA

Gerência de Orçamento e Finanças
CPF 440.204.900-82